

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

CONVÊNIO BCB/CNJ-2008

TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO DE
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL CELEBRADO ENTRE
O BANCO CENTRAL DO BRASIL E O CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA.

092831850001/63

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.421.906/0001-29, doravante denominado CNJ, neste ato representado por seu Presidente, Ministro Gilmar Ferreira Mendes, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA, inscrito no CNPJ sob o nº 092831850001/63, doravante denominado, neste ato representado por seu Presidente Desembargador Luiz Sílvio Ramalho Junior, firmam o presente TERMO DE ADESÃO ao Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o CNJ e Banco Central do Brasil, neste ato denominado BCB, em 2 de dezembro de 2008, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente TERMO DE ADESÃO assegura o acesso do TJPB às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o BCB e o CNJ, em 2 de dezembro de 2008.

CLÁUSULA SEGUNDA – O TJPB se obriga a cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no Convênio de Cooperação Institucional de que trata a cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente TERMO DE ADESÃO entra em vigor na data de sua assinatura, tendo sua duração condicionada ao tempo de vigência do Convênio.

O presente TERMO DE ADESÃO é assinado em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza os seus legítimos efeitos, destinando-se uma ao BCB, uma ao CNJ e uma ao TJPB

Brasília, 04 de março de 2010.

Ministro Gilmar Mendes
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Des. Luiz Sílvio Ramalho Júnior
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba